

ATA N.º 4/2017

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 5 DE MAIO DE 2017:

Aos cinco dias do mês de maio do ano dois mil e dezassete, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Maria João Estevam Avelar Rodrigues (PSD), Américo de Araújo Gonçalves (PS) e Paulo Jorge Leal Rodrigues (PSD), respetivamente Presidente, Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, dos senhores António Manuel Prioste Salvador (PSD), Silvino Doirado Conceição João (PS), Henrique Bertino Batista Antunes (CDU) e António Filipe Monteiro Victória (CDU), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Atouguia da Baleia, Ferrel, Peniche e Serra d'El-Rei, e dos senhores Rogério Manuel Dias Cação (CDU), Ademar Vala Marques (PSD), João Manuel de Jesus Gomes (PS), José António Bombas Amador (CDU), Paulo Jorge Amaro Balau (PSD), Anabela Correia Dias (PS), Sérgio Miguel Franco Martins Leandro (CDU), Célia Sousa Martins (PSD), Mariana da Conceição Santos Rocha (CDU), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Álvaro André Paiva Amador (CDU), Jorge Manuel Azevedo Pinto Guerreiro (CDU), Marcelino Lourenço Pereira (PSD), Humberto Manuel Costa Ferreira (PS) e Ana Filipa Ferreira Nicolau (PS), em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Período de intervenção do público.

2.º - Período da ordem do dia:

Ponto único - Análise e discussão sobre a conservação e restauro da Fortaleza de Peniche e da frente abaluartada, sobre os seus usos futuros e sobre a sustentabilidade dos projetos a desenvolver.

3.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pela senhora Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e quarenta e três minutos, encontrando-se na sala vinte dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

Compareceram no decurso da sessão e passaram de imediato a participar nos trabalhos o senhor Sérgio Miguel Franco Martins Leandro (CDU), às vinte e duas horas, e o senhor João Manuel de Jesus Gomes (PS), às vinte e duas horas e doze minutos.

Os senhores Jorge Manuel Azevedo Pinto Guerreiro (CDU), Marcelino Lourenço Pereira (PSD), Humberto Manuel Costa Ferreira (PS) e Ana Filipa Ferreira Nicolau (PS) encontravam-se a substituir os senhores Pedro Manuel Tavares Varão (CDU), José António Leitão da Silva (PSD), Vítor Manuel Farricha Mamede (PS) e Natália Susana Colaço Rocha (PS) que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Os senhores Licínio Pereira (CDU), Inês Fitas Cação (CDU), Jacinto Manuel Ferreira de Oliveira (CDU) e Laura Maria Gomes Silvério Ganhão (PSD), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Não compareceram à sessão os senhores Ana Cristina Maia da Costa (CDU), Carlos Nicandro Bastos Jesus (CDU) e Arminda da Glória Félix Martins Braz (CDU).

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor António José Ferreira Sousa

Correia Santos (CDU), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, o Vice-Presidente da Câmara, senhor Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), e os Vereadores, senhores Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU), Jorge Manuel Rosendo Gonçalves (PS), Cristina Maria Luís Leitão (PSD) e Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD).

A sessão foi secretariada pela Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Peniche, Josselène Nunes Teodoro.

INTERVENÇÕES INICIAIS:

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Disse que:

Esta sessão extraordinária da Assembleia Municipal vem na sequência dos debates que se têm efetuado sobre a Fortaleza de Peniche e está enquadrada pelas decisões que já foram tomadas sobre o assunto.

Em primeiro lugar, queria deixar claro que há pontos que unem e são transversais a todos os membros da Assembleia Municipal, o que já ficou patente em outras sessões da Assembleia Municipal e em outras ocasiões.

Um dos pontos que os une é, com certeza, a congratulação por, finalmente, o Governo ter uma medida concreta para a recuperação das muralhas e da Fortaleza de Peniche e une-nos, também, a ação em si, que era esperada há 40 anos.

Outro ponto que os une é que aquele monumento tem um simbolismo muito especial e, portanto, também os une deixar a memória do que lá se passou, em especial do que se passou quando foi prisão política, durante cerca de 40 anos. Todas as forças políticas têm sido unânimes neste sentido da preservação da memória e de deixar uma homenagem a quem deu parte da sua vida, ou mesmo a vida, na luta pela liberdade, isto também os une muito e com muita emoção, o que já deixaram patente em muitas ocasiões.

Efetivamente, há alguns pontos que ainda estão em discussão e que considera que não os unem tanto, nomeadamente o que tem a ver com os usos futuros daquele monumento e com a sustentabilidade e financiamento do projeto, não só no que respeita às obras de conservação e restauro que são necessárias efetuar, mas também a outras obras que venham a ser necessárias e à sustentabilidade dos custos operacionais das valências que forem lá instaladas. Do que se tem falado nas sessões da Assembleia Municipal, pensa que pode interpretar que esses pontos, não dizendo que divergem muito, mas são pontos em que há alguma divergência ainda, até porque ainda há alguma indefinição relativamente a essas duas questões.

Esta sessão da Assembleia Municipal foi convocada com o sentido de se discutirem, publicamente, todos estes assuntos.

Pedia ao senhor Presidente da Câmara que fizesse uma resenha, em especial dos desenvolvimentos posteriores à reunião do Conselho de Ministros, que ocorreu no dia 27 de abril de 2017, em Peniche, e que, como todos sabem, teve como resultado e anúncio público das obras de recuperação da Fortaleza de Peniche e o montante afeto para a recuperação daquele património Penichense, no valor de três milhões e meio de euros.

A Assembleia Municipal terá em conta, com certeza, os documentos que são conhecidos, um deles é o comunicado do Conselho de Ministros, que fez público o

anúncio da atribuição do referido montante para a recuperação da Fortaleza de Peniche. Também já é público o relatório do Grupo de Trabalho para a Fortaleza de Peniche, que foi constituído no âmbito do aconselhamento ao senhor Ministro da Cultura, sobre este assunto e sobre os usos futuros da Fortaleza de Peniche.

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Disse que:

Já todos se congratularam, quer em sede de Assembleia Municipal quer em sede de Câmara Municipal, mas, é importante, de facto, dizer que, finalmente, há uma orientação, que não é exclusivamente uma orientação política, mas que já está ancorada numa alteração, num reforço de um valor e, se hoje houvesse despesa já executada, haveria condições para que essa despesa fosse liquidada. Tendo em conta que está a falar também para as pessoas que estão a acompanhar a sessão da Assembleia Municipal através da Internet, regista essa decisão corajosa, determinada, concreta, da parte do Governo.

Referia, mais uma vez, a atitude solidária dos presidentes das câmaras municipais do Oeste, que, através do Conselho Intermunicipal, acederam integrar este projeto no Pacto do Oeste, o que, como já foi dito em várias circunstâncias, embora também integrado no Plano de Ação do Oeste, não se concretizou. Portanto, para os senhores presidentes das câmaras municipais do Oeste esse reconhecimento, que também já fez no Conselho Intermunicipal do Oeste.

Como todos sabem, a entidade que vai ser a titular, a promotora e a beneficiária dos três milhões de euros de comparticipação, equivalentes a cerca de três milhões e meio de investimento, será a Direção-Geral do Património Cultural e, por isso, tem estado com a senhora Diretora-Geral do Património Cultural e já foram solicitados elementos, por parte da Direção-Geral do Património Cultural, para uma das tarefas, que é a elaboração dos cadernos de encargos, das memórias descritivas e as medições e orçamentos.

O que abordou com a senhora Diretora-Geral do Património Cultural é que o Município pretende fazer o acompanhamento, muito sistemático, deste trabalho. O Município está disponível, interessado, motivado e mobilizado para, quer a nível político, quer a nível técnico, dar esse acompanhamento.

O relatório de inspeção, concretizado pela Direção-Geral do Património Cultural, que já esteve presente em sede de Câmara Municipal, que identifica a situação do imóvel, é um ponto de partida muito importante.

Um dos níveis de envolvimento do Município é na relação com a Direção-Geral do Património Cultural. A presidência da Câmara Municipal fará o acompanhamento do processo e dará conhecimento à Câmara Municipal e a Câmara Municipal disponibilizará a informação a quem entender.

No sítio do Município na Internet está um repositório, que pensa estar completo, sobre esta matéria, onde está presente a proposta do Grupo Consultivo e outros elementos, inclusive a componente de audição pública.

No que diz respeito à Direção-Geral do Património Cultural, a presidência da Câmara Municipal irá acompanhar o processo e dará informações à Câmara Municipal desse acompanhamento, sendo que um dos objetivos é ter um cronograma, para efeitos de monitorização e acompanhamento. Esse cronograma ainda não está feito. A reunião do Conselho de Ministros foi na semana passada e o cronograma ainda não foi feito. Logo

que tenha essa informação irá partilhá-la.

Relativamente a alguns projetos que estavam no quadro comunitário anterior, como por exemplo Conimbriga, era a Direção-Geral do Património Cultural a titular, e, por diversas razões, não se concretizou. Acredita que, no caso da Fortaleza de Peniche, isso não vai acontecer, uma vez que a Direção-Geral do Património Cultural tem um conjunto de elementos que poderão dar essa tranquilidade. A presidência da Câmara Municipal vai monitorizar, a partir do cronograma que lhe será entregue.

Falou hoje, ao telefone, até para ter alguns elementos para transmitir à Assembleia Municipal, com o senhor Chefe de Gabinete do senhor Ministro da Cultura e ficou estabelecido que, porque há uma componente de obra e há uma componente de conteúdos, quem vai coordenar a componente de obra será a Direção-Geral do Património Cultural e a componente dos conteúdos será do Gabinete do senhor Ministro, através do próprio Chefe de Gabinete.

O senhor Chefe de Gabinete informou-o de que, até ao final do mês, terá informação. Estará delineado como é que vai desenvolver todo o processo, que tem a ver, como disse, com a componente da musealização, por um lado, e dos outros aspetos, que tem a ver com as questões da metodologia que, estando na proposta que o Grupo de Trabalho fez, ainda não estão tomadas as decisões relativamente às formulas que tenham a ver com as questões das funcionalidades.

Como podem acompanhar na proposta do Grupo de Trabalho, a componente da entidade gestora está associada ao modelo de gestão e, depois, designando no âmbito da entidade gestora, a tal comissão específica para instalação de um núcleo museológico e a constituição de um conselho consultivo.

A única informação escrita que o Município tem, em resultado do Conselho de Ministro, é o comunicado do Conselho de Ministros, mas não deixa de ser um comunicado, com a valia que tem, pelo que o senhor Chefe de Gabinete ficou de informar se já tinha sido ou não publicada a resolução do Conselho de Ministros.

Até ao final do mês, ir realizar-se uma reunião, com o Chefe de Gabinete, para se verificar, do conjunto da proposta, o que se irá desenvolver.

Neste momento, há valor disponível, a Direção-Geral do Património Cultural já está a trabalhar na componente da parte das obras, tendo em conta aquilo que é um ponto de partida, que tem a ver com o relatório de inspeção, associada à decisão do Conselho de Ministros e, naquilo que tem a ver com os conteúdos e a proposta que o Grupo de Trabalho apresentou, nas suas múltiplas componentes, haverá uma reunião, até final do mês. Esta situação é compreensível, relativamente ao facto de isto ter sido na semana passada.

A presidência da Câmara Municipal propõe-se a acompanhar e a partilhar o processo. A Assembleia Municipal deverá definir como é que essa partilha será efetuada e, em função disso, será criado um canal de ligação entre Câmara Municipal e Assembleia Municipal.

Há alguns aspetos da componente funcional que irão ser estabilizados no quadro da relação entre o Governo e a Autarquia, nomeadamente como se irá processar a questão do restaurante, a questão do auditório, a questão da instalação de soluções de incubação de empresas, etc. Num primeiro momento é ver o que vai ser aceite pelo Governo, sem prejuízo, como é evidente, da margem de manobra existente por parte do Município,

relativamente às múltiplas funcionalidades que estão previstas e a sua compatibilização. O acompanhamento dessa matéria deve ser feito através de uma fórmula que a Assembleia Municipal deve estabelecer, para o fazer numa relação com a Câmara Municipal.

Rogério Cação (CDU):

Disse que:

Pensa que muito do que se possa dizer é repetir coisas que já foram ditas em anteriores sessões da Assembleia Municipal, porque, nos últimos tempos, têm falado muito da Fortaleza de Peniche. Mas, se calhar, nunca é de mais fala, até porque a Fortaleza de Peniche não é um monumento qualquer, não é um tema qualquer, é um tema que é fundamental, em vários domínios, na relação com o território, com a história e com a identidade de Peniche.

A Fortaleza de Peniche é um monumento que tem uma história riquíssima, que começa em 1557, na altura em que se lançaram as primeiras pedras. Teve diferentes funcionalidades, começou por ser uma fortaleza militar, foi prisão de liberais, foi refúgio de Boeres, foi sanatório, inclusivamente, durante um pequeno espaço de tempo e, depois, foi, como todos sabem, prisão política e, ainda mais tarde, acabou por ser, também, um espaço de acolhimento dos retornados das ex-colónias. Portanto, tem uma história riquíssima e também há razões de ordem histórica que têm de ser consideradas quando se faz a análise do monumento.

Depois, há razões de natureza política, que têm muito a ver com a memória. Para a Coligação Democrática Unitária sempre foi muito claro que é esta questão da memória que tem a ver com aqueles que lutaram pela liberdade, com aqueles que resistiram, com aqueles que, enfim, por ali passaram, em nome de todos. Em nome daquilo que era o futuro deles e que é o nosso presente e que será o futuro de muitos de nós. Obviamente, todos nós fazemos questão de preservar essa memória, portanto, desde sempre, foi também um eixo fundamental daquilo que é o pensamento da CDU.

Aquele monumento tem de ser assumido pelas pessoas de Peniche, sendo um monumento que é de todos, sendo um monumento que é nacional, obviamente, tem que se emparelhar com todos, mas tem de ser assumido e ser fruído pelas pessoas de Peniche.

Todos conhecem o processo, com as coisas que correram melhor e as coisas que correram menos bem. Houve um acordo de princípio que permitiria uma solução hoteleira para o local, mas que nunca foi acionado, nunca foi aproveitado. Uma história que tem anos. Não iria especular sobre as razões de nunca ter sido aproveitado, mas, acreditava que, se calhar, do ponto de vista dos financiadores, não era aliciante o espaço que lhe propunham e o tipo de utilização que lhe propunham. Estava a especular, mas, se calhar, não estava a especular tanto assim. Recordava que todos falavam da proposta do Grupo Pestana, que toda a gente conhecia, ou pelo menos imaginava, que haveria uma proposta do Grupo Pestana para a Fortaleza de Peniche. A verdade é que nunca se concretizou, por razões que, se calhar, não vale a pena aqui trazer.

Todos tinham a certeza de que o espaço estava a degradar-se e, degradando-se o espaço, obviamente que, quanto mais tempo passasse, mais depressa surgiriam sérios problemas para recuperar um espaço que é referência para Peniche. Uma referência de memória, uma referência histórica, uma referência identitária e até uma referência de desenvolvimento.

Apareceu o programa Revive, que inclui este monumento numa lista de monumentos a concessionar a privados para a sua exploração. Acontece, também, que, imediatamente, houve uma movimentação popular fortíssima, contra esta inclusão da Fortaleza de Peniche no programa Revive. É este movimento que faz, em sua opinião, repensar a estratégia para este monumento, em boa hora, porque não se ficou só pela intenção, avançou-se mais do que a intenção e garantiram-se meios concretos. Pela primeira vez, há uma decisão que é política sobre o espaço, mas que não se fica pelo domínio das intenções, avança com uma proposta concreta de alocação de meios financeiros para a recuperação, pelo menos da área museológica da Fortaleza de Peniche e do pano da muralha.

A alocação de meios financeiros para a recuperação da Fortaleza de Peniche deve ser o ponto de partida para o debate desta sessão da Assembleia Municipal. Neste momento, existe a garantia, com as limitações que possa ter, de que há uma claríssima intenção, por parte do Governo, de cumprir, finalmente, o desiderato de recuperação daquele espaço e a transformação da Fortaleza de Peniche ou, pelo menos, de uma parte da Fortaleza de Peniche, no repositório da memória da luta antifascista, da luta pela liberdade e da resistência à ditadura.

Outra dimensão, que lhe parece extremamente importante, é o documento que foi produzido pelo Grupo Consultivo para a Fortaleza de Peniche. Sobre isso, como já teve oportunidade de afirmar, entenderia que Assembleia Municipal deveria ter estado representada no Grupo de Trabalho, aliás, foi feita uma proposta nesse sentido pelo senhor Presidente da Câmara, que não foi aceite por quem tinha a prerrogativa de decidir, que era o Governo. Ainda assim, obviamente, não põe em causa, porque acha que Peniche esteve bem representado pelo senhor Presidente da Câmara, mas isso não significa que concorde com esta dimensão de representação, como já afirmou em anteriores sessões da Assembleia Municipal. Entende que a representação deveria ser mais alargada, até na lógica que tem a ver com a envolvimento da comunidade nas decisões que forem tomadas sobre a Fortaleza de Peniche.

Mas, não pode deixar de se referir ao resultado concreto do Grupo de Trabalho, porque ele, de alguma maneira, traduz, pelo menos na opinião da Coligação Democrática Unitária, aquilo que são as grandes linhas e as grandes preocupações que tinham relativamente aquele espaço. Desde logo nos objetivos, o primeiro dos objetivos é devolver à comunidade e aos cidadãos a Fortaleza de Peniche, através de um programa integrado que perspetive várias valências funcionais. Devolver à comunidade e aos cidadãos a Fortaleza de Peniche. Pensa que este é um objetivo muito lato, mas que responde a algumas das questões que ele enunciou anteriormente.

Quando se avança para os pressupostos, está escrito no documento que se deve reafirmar o princípio que deve presidir na recuperação, valorização e requalificação da Fortaleza de Peniche, tal como iniciado na missão, como testemunho vivo do que foi a repressão nas prisões do regime fascista, mas também da luta pela liberdade e pela democracia, permitindo aos Portugueses, sobretudo às novas gerações, um contacto direto, pedagogicamente orientado, com essas realidades e memórias.

Quanto às questões que têm a ver com as possibilidades que se abrem, relativamente àquele espaço, diria que a proposta apresentada é bastante aberta, isto porque há quem diga que o Grupo de Trabalho era monolítico, do ponto de vista do

pensamento. Para além do programa museológico, da instalação do museu, da instalação do memorial, da criação de um programa museológico aberto à cultura e à ciência, enquanto pilar de cidadania, há uma série de possibilidades que se abrem, nomeadamente ao nível da criação de um auditório e de uma biblioteca e centro de documentação, da realização de atividades regulares de natureza cultural e científica, do desenvolvimento de iniciativas de promoção turístico referentes à Fortaleza de Peniche, à cidade e à região, da concessão de um espaço para exploração de restauração e da criação de um núcleo de atividades e negócios ligados ao mar, que poderá albergar diversas funcionalidades.

Este documento parece-lhe suficientemente aberto para permitir a incorporação de contributos que resultem deste debate da Assembleia Municipal e, obviamente, independentemente da fórmula que for encontrada para que a participação da Assembleia Municipal seja acolhida, acha que têm todas as condições para garantir um modelo mais participativo, relativamente aquilo que querem para a Fortaleza de Peniche, sabendo que a dimensão museográfica, a primeira fase, que tem a ver com o dinheiro já disponível, de três milhões e meio de euros, está na Direção-Geral do Património Cultural, mas, sabendo também, que, para tudo o que se pretenda fazer na Fortaleza de Peniche, há que encontrar os mecanismos de financiamento ajustados com toda a criatividade que seja possível e que, se calhar, têm de saber potenciar aquelas dimensões em que são unânimes, no sentido de facilitar o diálogo para encontrarem uma solução que seja compaginável e que integre boa parte das propostas que possam surgir da Assembleia Municipal.

Julga que há duas dimensões que devem estar sempre presentes em todo o processo de reabilitação da Fortaleza de Peniche: a dimensão da qualidade e a dimensão de sustentabilidade do próprio espaço. A dimensão da qualidade está associada à memória, à multifuncionalidade que o espaço pode e deve ter, tem condições para isso, tem condições para congregar diferentes domínios do saber, diferentes domínios da experimentação e diferentes domínios de fruição. A dimensão da sustentabilidade do próprio espaço também deve merecer a preocupação da Assembleia Municipal. Neste momento, ainda se está a fruir a excelente decisão que o Governo tomou, relativamente ao espaço, mas deve ser uma preocupação instalada, desde já, como tópico de discussão, porque as questões da sustentabilidade vão sempre colocar-se.

Em nome da Coligação Democrática Unitária, saudava a decisão que o Governo tomou e a unidade que houve ao nível da Comunidade Intermunicipal do Oeste, que permitiu disponibilizar os meios para que a solução financeira fosse encontrada. Já teve a oportunidade de expressar esta saudação na Assembleia Intermunicipal.

Formulava votos para que este processo seja um processo marcado pelo sucesso e que a Assembleia Municipal possa acompanhar e possa ser pró-ativa na proposição de soluções para aquele espaço. Pensa que haverá múltiplas ideias, mas está convencido de que o interesse das pessoas, de Peniche e do concelho irá prevalecer sempre nesta discussão, partindo do princípio, e parece-lhe que isso já foi reafirmado por todos, que o espaço memória é o espaço de referência para todo este trabalho que é preciso desenvolver ao nível de processo de requalificação.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Antes de mais, queria reafirmar aquilo que também disse na última sessão da Assembleia Municipal, que é o de, obviamente, saudar o investimento que o Governo anunciou na quinta-feira da semana passada, aqui em Peniche, que é um investimento positivo, necessário e devido há muito tempo, porque, como também recordou na semana passada, desde 1995, que a Direção dos Monumentos Nacionais, que depois foi extinta, deixou de fazer investimentos na Fortaleza de Peniche e, portanto, durante cerca de 20 anos, não se conteve a degradação, que se deveria ter contido.

Portanto, este investimento é devido e é de saudar, ainda que enquadrado num processo que considera infeliz, em várias dimensões, quer na forma como a opinião da Câmara Municipal e a opinião dos partidos políticos de Peniche foi ultrapassada, num primeiro momento, e a forma como foram também arredados do processo de decisão, parecem-lhe, obviamente, infeliz. Hoje, não se centraria nisso, mas, ainda assim, gostaria de dar nota, até em função de algumas coisas que o senhor Rogério Cação disse. É verdade que há uma coisa de que ninguém teve dúvidas, é que a memória da Fortaleza de Peniche, enquanto monumento emblemático da resistência à ditadura de Salazar, nunca foi posta em causa, foi sempre pressuposto, até quando o que estava em causa era uma concessão no âmbito do programa Revive. Foi pressuposto da Câmara Municipal e foi sempre reafirmado por todas as forças políticas, isto deve ficar muito claro. Era pressuposto antes, e continuou a ser sempre, de todas as forças políticas.

Lamenta não compreender que se diga com essa ligeireza que esta solução vai ao encontro daquilo que a Coligação Democrática Unitária defendia. A verdade é que, desde há largos anos, todos os partidos em Peniche tinham no seu programa eleitoral que a Fortaleza de Peniche deveria ser uma unidade hoteleira. Portanto, num exercício de coerência, que acha que é um valor essencial em política, o Partido Social Democrata continua a achar que, tendo dito aos eleitores de Peniche, durante anos e anos a fio, que se bateria para que a Fortaleza de Peniche tivesse uma unidade hoteleira, e toda a Câmara Municipal estava de acordo, até ao final do ano passado, a Fortaleza de Peniche deve ter uma unidade hoteleira. O que mudou foi que perante uma movimentação popular movida pelo Partido Comunista Português, não uma movimentação popular fortíssima, como o senhor Rogério Cação disse, isto deve ficar claro, houve uma mudança súbita de opinião que começou a tremer em algumas posições dos partidos locais e que depois o Governo, por razões que ele próprio se vai poupar a expor, também decidiu rever.

Os membros da Assembleia Municipal foram eleitos para defender os interesses e a vontade das pessoas de Peniche, e é muito discutível se a decisão a que o Grupo de Trabalho chegou vai ao encontro dessas vontades. Não tem esse barómetro feito, mas sabe que há muita gente que defende que a Fortaleza de Peniche devia ter uma unidade hoteleira, que não é suficiente um museu. Ele próprio não está certo de ter razão e também não tem a certeza de que quem defende apenas o museu tem razão. Acha que dizer com essa ligeireza que esta é a melhor solução, que esta é a solução que vai resolver os problemas da Fortaleza de Peniche, não tem a certeza disso, acha que é uma solução redutora para a potencialidade que a Fortaleza de Peniche tem. Acha que é positivo que haja um museu em condições na Fortaleza de Peniche, porque hoje não há, e acha bem que haja um museu que perpetue essa memória da resistência com dignidade, ou seja, um museu que mostre as memórias, através das pessoas que ainda estão vivas e que, de forma emocionada, as mostraram, no dia 25 de abril. Acha que é muito positivo que esse

bom museu exista.

Como já o disse na última sessão da Assembleia Municipal, tem dúvidas de que tenha sido ponderado, posto nos pratos da balança, se o que era melhor para os interesses da cidade e do concelho era ter apenas o museu ou se era ter o museu e uma unidade hoteleira que, de alguma forma, financiasse parte da recuperação, por um lado, mas também o funcionamento.

Ele e o senhor Rogério Cação estiveram na primeira reunião do Grupo Consultivo que o Governo formou, a diferença é que o senhor Rogério Cação pode falar e a ele foi-lhe imposto algum silêncio, tendo, na altura, se manifestado contra esse silêncio, como o senhor Rogério Cação sabe. O que ouviu da parte de, pelo menos, um dos membros foi que achava que a questão da sustentabilidade nem sequer deveria ser discutida ali. Obviamente que os autarcas do Município, enquanto eleitos locais responsáveis, têm de se preocupar com a sustentabilidade e com a gestão daquele monumento. Espera que a questão tenha sido debatida no Grupo Consultivo e que haja uma boa solução para garantir a sustentabilidade, para já a recuperação e a instalação do museu, mas, obviamente, também a sua sustentabilidade.

Relativamente à sustentabilidade, há um bom exemplo recente, que acha que legitima as preocupações, que são os últimos desenvolvimentos relativamente ao Centro Cultural de Belém. O CCB é um dos principais centros culturais do país, tem uma receita de bilheteira fortíssima, mas soube-se que nova administração considera que aquele centro cultural é insustentável e que precisa de ter ao lado um hotel, construído para o sustentar. É uma coisa muito recente, de há três ou quatro meses, e está a falar, como disse, do principal centro cultural de Lisboa, se não é anda lá perto. Portanto, isto reforça a preocupação de que se deve fazer investimentos, se deve recuperar, e, para si, a questão primordial é a recuperação, sendo que o programa Revive tinha a grande vantagem da componente da contrapartida da recuperação, mas também deve haver preocupação com a sustentabilidade, como o senhor Rogério Cação também referiu e muito bem.

O senhor Rogério Cação referiu, numa intervenção que fez, que o que estava no relatório batia mais ou menos certo com os três milhões e meio de euros, mas é apenas da recuperação e, portanto, falta o dinheiro para a instalação do museu, que é, obviamente, um investimento significativo, pelo que gostaria de perceber que parte do investimento anunciado é para a recuperação e que parte é para a instalação do museu, porque pode não estar pensado onde é que se vai buscar o resto do dinheiro, para fazer o resto da recuperação. Gostaria de saber se isso foi ponderado ou se ficará para ser ponderado depois.

Não vê necessidade de estar a fazer o historial da Fortaleza de Peniche, até porque o senhor Rogério Cação já fez algum historial, mas estas eram as questões essenciais, tendo em conta o futuro da Fortaleza de Peniche e é isso que preocupa o grupo do Partido Social Democrata, é que a Fortaleza de Peniche seja, de facto, um sítio com vida, que as pessoas de Peniche tenham orgulho naquele monumento, ainda que não corresponda aquilo que foi prometido aos eleitores, que seja esse motivo de orgulho, também motivo de orgulho dos autarcas. Espera que assim seja. Já disse na semana passada, não o verão lamentar por uma solução que seja boa. A solução, na sua opinião, podia ser melhor, mas, se aquela solução for concretizada, terá, certamente, o seu aplauso e terá o aplauso do Partido Social Democrata.

Rogério Cação (CDU):

Disse que:

O senhor Ademar Marques utilizou, muitas vezes, a palavra coerência para insinuar a falta dela e, sobretudo, ligeireza. São duas palavras de que ele não gosta, pelo que gostaria de dizer ao senhor Ademar Marques que se há coisa que ele nunca fará é tratar assuntos desta natureza com ligeireza.

Relativamente à coerência, há coisas que mudam, há aspetos que mudam e gostaria imenso que o senhor Ademar Marques não julgasse a coerência dos outros pela sua própria. Pedia ao senhor Ademar Marques que tivesse isso em atenção nas suas intervenções, porque ele não se revê nesta falta de coerência e, sobretudo, nesta ligeireza.

Obviamente, têm interpretações diferente, e respeita isso, sempre respeitará, mas isso não significa que as abordagens sejam aligeiradas, significa que ele acredita em coisas que, provavelmente, o senhor Ademar Marques não vê da mesma maneira, mas a democracia funciona assim.

Ademar Marques (PSD):

Disse que essa falta de coerência não é um ataque pessoal, de forma alguma, é uma questão política e é uma questão que ele vê como fundamental em política, tem a certeza e acha que isso é salutar em democracia. Como o senhor Rogério Cação disse, têm pontos de vista diferentes, em muitos aspetos, mas não deixará de expor aquilo que considera uma falta de coerência, quando a encontrar.

Américo Gonçalves (PS):

Disse que:

Faz hoje oito dias, na sessão da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Oeste, leu o comunicado do Conselho de Ministros, agradeceu aos doze municípios e aos senhores presidentes de câmara terem estado com o Município de Peniche e terem concordado com a proposta.

Considerando o comunicado do Conselho de Ministros e o relatório da equipa de acompanhamento, o Grupo do Partido Socialista não vai, neste momento, emitir qualquer parecer para além daqueles que já são conhecidos por todos.

Considerando, ainda, as informações fornecidas pelo senhor Presidente da Câmara, os elementos da Assembleia Municipal do Partido Socialista mantêm o propósito do considerando anterior.

Por último, considera que, neste momento, será prematuro propor algo mais do que aquilo que, até hoje, foi apresentado.

A bancada do Partido Socialista não se sente excluída da equipa, porque a ligação que fazem é aos vereadores do Partido Socialista que estão na Câmara Municipal.

Já disse à senhora Presidente da Mesa que acha que esta sessão, na sua opinião pessoal, era desnecessária, neste momento, porque nenhum dos membros da Assembleia Municipal pode ir para além do que consta dos documentos escritos. A publicação ainda não foi feita em Diário da República e as equipas estão a trabalhar, pelo que quem a Assembleia Municipal para deitar fora ou para dizer que não quer os três milhões e meio de euros.

Neste momento, aquilo que foi dito, quer pelo senhor Presidente da Câmara, que

fez os esclarecimentos, quer no comunicado do Conselho de Ministros, é mais que suficiente e está plenamente satisfeito, pelo que não quer reviver o programa Revive.

O programa Revive tem cerca de vinte anos, acompanhou alguns passos do processo, os quarenta quartos iniciais passaram a setenta e, qualquer dia, haveria uma plataforma sobre o atlântico para satisfazer as necessidades dos hoteleiros.

Acha que esta tomada de posição do Governo é importantíssima, felizmente que é um governo do seu partido que a toma. Desde 1995, como o senhor Ademar Marques referiu, nada foi feito na Fortaleza de Peniche e o Município muito pouco pode fazer por aquele espaço, porque é um espaço enorme.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Neste período não se registaram quaisquer intervenções.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO ÚNICO - ANÁLISE E DISCUSSÃO SOBRE A CONSERVAÇÃO E RESTAURO DA FORTALEZA DE PENICHE E DA FRENTE ABALUARTADA, SOBRE OS SEUS USOS FUTUROS E SOBRE A SUSTENTABILIDADE DOS PROJETOS A DESENVOLVER:

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Disse que:

Na sua intervenção inicial, já disse que há pontos que os unem, sem qualquer dúvida. Um deles é que, felizmente, há finalmente um governo, e não lhe interessa se é do PS se não é, tanto saudava um governo do PS como qualquer outro que pôde e teve a oportunidade de decidir por garantir fundos para o restauro da Fortaleza de Peniche. Isso é importante, isso é de saudar.

No dia 27 de abril, na oportunidade que teve de estar com o senhor Ministro da Cultura, interpretando o sentimento de toda a Assembleia Municipal, saudou o senhor Ministro pela decisão que o Governo tinha acabado de tomar.

Na altura, não deixou de fazer notar ao senhor Ministro da Cultura que também era um sentimento da Assembleia Municipal, transversal a todas as bancadas, que este órgão autárquico tinha sido arredado da discussão e que não seria a melhor maneira para começar uma discussão sobre a Fortaleza de Peniche. Teve essa oportunidade e teve que dizer ao senhor Ministro da Cultura aquilo que, publicamente, já tinha afirmado em várias circunstâncias e, por essa razão, tomou a iniciativa de lhe transmitir, não só a congratulação e dar-lhe os parabéns pela iniciativa que o Governo tomou, mas, também, deixar-lhe esta nota de que há um lamento forte de falta de participação da Assembleia Municipal.

Também disse ao senhor Ministro, na presença do senhor Presidente da Câmara, que este lamento não tinha, absolutamente, nada a ver ou a pôr em causa a representação de Peniche, porque o senhor Presidente da Câmara estava no Grupo Consultivo em representação do Município de Peniche, também deixou isso bem claro ao senhor Ministro da Cultura.

Mas, efetivamente, esta decisão não é uma decisão total, global e final, esta decisão do Governo, que é muito importante, tornava a sublinhar, é para conservação e

restauro da Fortaleza de Peniche e da frente da abaluartada, bem como os custos da primeira fase da instalação do museu. Este custo estimado de investimento é de cerca de três milhões e meio de euros.

Ao ler o que está no comunicado do Conselho de Ministros, do dia 27 de abril de 2017, verificou que os três milhões e meio de euros são para esta parte, mas o comunicado não diz mais do que isso, nem poderia dizer, porque se dissesse que os três milhões e meio de euros eram para instalar as valências e para cuidar dos custos operacionais das valências que fossem lá instaladas, com certeza, que ninguém acreditava que se está a falar de um montante de três vírgula cinco milhões de euros.

Isto é uma iniciativa muito louvável, muito boa. São para as obras prementes, pelo menos de conservação e restauro daquele edifício, e é para uma primeira fase do museu, como diz no comunicado.

A questão que está em aberto e que os autarcas, como eleitos de Peniche, têm de considerar que está em aberto, são os usos da Fortaleza de Peniche, até porque, concordando com o que o senhor Presidente da Câmara já expôs e lembrando que o Grupo de Trabalho fez uma proposta muito abrangente e que tudo cabe nela, a interpretação que faz é que não vai caber tudo. Terão de se fazer escolhas sobre os usos para a Fortaleza de Peniche

Uma coisa é inequívoca, a Fortaleza de Peniche vai ser preservada e muito bem. Já foi reforçado e ela própria não se cansa de dizer isto, porque sente, se não fosse assim também não estaria a dar a cara por isso, acredita e considera importantíssima a preservação da memória, isso é um dado adquirido por todos e acha que isso deve ficar claro. Toda a gente falou sempre nisto e falou-se sempre nestes termos. Não é mais do que os outros, ela própria é igual a qualquer um que vem defender a preservação da memória, não se põe acima nem abaixo, está ao lado, porque ao lado consegue-se ser mais fortes e é assim que ela gosta. É assim que ela gosta de se sentir, não é nem mais nem menos, está ao lado. É nesse sentido que acha que isto é horizontal.

Pela simplicidade de algumas propostas que o Grupo de Trabalho apresentou, simplicidade no sentido de não especificar, de deixar aberto a muitas soluções, no seu entendimento, nada está feito. Pode haver um mundo de oportunidades para a Fortaleza de Peniche, espera que algumas sejam concretizáveis, se calhar, têm de dirigir os seus esforços para determinados sentidos, porque não se pode ter um bocadinho de cada coisa. Mas, pensa que, a partir do restauro, têm um mundo de escolhas a fazer.

Depois, existe outra vertente, que não quer deixar de referir, que é a sustentabilidade. Também considera que a sustentabilidade do projeto ficou muito frágil no Grupo de Trabalho. É natural que o Grupo de Trabalho se tenha preocupado, em primeiro lugar, com o financiamento das obras de recuperação. Só por essa razão, com certeza, é que se apontam algumas soluções de financiamento, como os fundos comunitários ou a subscrição pública. Por algumas questões, percebe-se que estão a falar de financiamento e não de custos operacionais. Por essa razão, quem vier a decidir sobre os usos futuros, também tem de se preocupar, de uma forma mais detalhada, com esta parte da sustentabilidade dos custos, não só de investimento, mas, também, dos custos operacionais de exploração das valências que serão instaladas.

Não estão numa fase de avaliar os custos operacionais e de exploração das valências, mas estão numa fase de investimento, e bem, porque inicialmente tem de se

fazer investimento. Mas, quem decidir sobre os usos, também tem de se preocupar com os custos de exploração.

Depois, outra parte importante da proposta do Grupo de Trabalho, em que acha que ainda há também muita matéria a discutir, é a parte da gestão da Fortaleza de Peniche. Como todos sabem, o Município de Peniche teve de assumir, há largos anos, a gestão do espaço, por razões que todos conhecem, pelo que, não está a ver que seja agora, neste momento, que se venha, quase, por em causa a capacidade do Município em gerir o espaço. Refere isto porque o Grupo e Trabalho diz que é necessário criar uma entidade para gerir. Em termos profissionais, se calhar, sim, mas não quer pensar que não haja confiança suficiente no Município de Peniche para gerir o espaço. O Município de Peniche andou estes anos todos a fazer algum investimento, que o Estado não fez, e andou a gerir aquele património, coisa que o Estado também não fez, e agora, ao fim destes anos todos, é necessário criar uma entidade para gerir de forma diferente, mais profissional, se calhar. Não consegue chegar à abrangência do que será esta entidade. Quer deixar muito claro que tem muitas reservas sobre esta parte da orientação do Grupo Consultivo para a Fortaleza de Peniche.

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que:

Ficou muito feliz com esta solução encontrada para a Fortaleza de Peniche.

Foi defensor do programa Revive, como uma solução para a situação da Fortaleza de Peniche, que não tinha uma solução há muitos anos, nunca teve, aliás. Mas, é preciso ter a noção de que o programa Revive apenas previa a concessão dos blocos A e B e não garantia que iria aparecer um investidor, para instalar um hotel. Durante muitos anos, houve essa possibilidade, existia o protocolo com a Enatur - Empresa Nacional de Turismo, S.A., contudo, nunca houve um investidor interessado em fazer uma pousada na Fortaleza de Peniche.

Com o programa Revive, poderia ser um restaurante, poderia ser um hotel ou poderia ser nada, como foi até hoje. Essa solução mantinha o Museu Municipal e o núcleo de resistência antifascista. O Governo ponderou, não foi uma movimentação popular, concorda com o senhor Ademar Marques, foi uma movimentação do Partido Comunista Português, essa é a verdade, e decidiu criar um grupo para estudar uma solução para aquele espaço, à qual acrescentou a muralha da cidade, o que também é muito bom para a cidade.

Entretanto, o Governo decidiu fazer uma reunião do Conselho de Ministros, em Peniche, no dia 27 de abril de 2017, um facto inédito, de que os penicheiros devem ter com muito orgulho, porque é um sinal de reconhecimento para com todos os que lutaram pela liberdade e pela democracia e também para com os penicheiros.

No dia 27 de abril, foi apresentada uma solução. Falou-se apenas em três milhões e meio de euros, mas, ele ouviu o senhor Ministro da Cultura falar em cinco milhões de euros, sendo três milhões e meio de euros imediatamente colocados à disposição para se fazer uma candidatura para recuperação de muralha, para instalação da primeira fase do museu e para recuperação da Fortaleza de Peniche.

Na sua opinião, e pensa que também da bancada do Partido Socialista, é possível construir o museu da liberdade na Fortaleza de Peniche, é possível ter um verdadeiro museu de Peniche, digno. Depois, com os outros passos que se possam vir a discutir, ele

não irá dizer que é isto ou aquilo, porque não é ele, como representante político que o vai dizer, apenas pode aprovar, mais à frente, ou não, o que se quer lá fazer. Por outro lado, ganha-se um museu nacional em Peniche. É preciso ter noção de que esse museu nacional irá ser financiado, em princípio, pelo Orçamento de Estado, e não pelo Município de Peniche. Recupera-se um vasto património e dá-se margem ao Município de criar outras valências na Fortaleza de Peniche.

Não querendo dividir entre PS, PDS e CDU, mas é preciso ter a noção de que é o primeiro Governo, um governo do Partido Socialista, que resolve o problema da Fortaleza de Peniche, como tem feito noutras áreas. O Hospital de Peniche irá, a partir de junho, ter os serviços de pediatria e de psiquiatria; o quartel da Guarda Nacional Republicana é uma obra prioritária, no concelho de Peniche; foi aumentado o fundo de compensação dos pescadores, o que também é bom para os pescadores de Peniche. Ou seja, este é um Governo que está a investir em Peniche e, como é obvio, irá sempre defender este Governo, por razões óbvias.

Contrariar a intervenção na Fortaleza de Peniche é não querer ver a realidade, e ele pensa que ninguém na Assembleia Municipal está a querer contrariar, está apenas a dizer que se existir alguém.

Relativamente à sustentabilidade, ele próprio já o disse, o museu nacional deve ser financiado pelo Orçamento de Estado e daí a necessidade de existência de uma entidade mista, entre Estado e Município de Peniche, para gerir aquilo que é financiado pelo Estado e aquilo que será gerido pelo Município de Peniche.

Álvaro Amador (CDU):

Disse que:

Em primeiro lugar, queria dar as condolências ao Partido Socialista, pelo falecimento do senhor Nuno Brederode dos Santos, no dia 29 de abril de 2017. Este militante do Partido Socialista assinou uma das petições que provocou a reação do Governo, assunto que hoje está a ser discutido. O senhor Nuno Brederode dos Santos não era militante do Partido Comunista Português, era um militante do Partido Socialista.

Não haja dúvidas de que houve membros do PCP que se esforçaram e que se organizaram para que houvesse outra solução, para além da que era proposta no programa Revive, mas não foram os únicos. Poderia citar o caso do ex-deputado Manuel Alegre, que também defendeu que era uma má solução, a jornalista Diana Andringa, que não tem partido, que ele saiba, o coronel Vasco Lourenço, que é o Presidente da Associação 25 de Abril.

Portanto, quando se tenta aligeirar esta situação, não sabe se será para fins eleitorais ou não, tem de se ter alguma ponderação e ver com muita calma. Houve um conjunto de cidadãos que, no pleno direito dos seus direitos cívicos e políticos, se organizaram e fizeram uma petição, mas também houve outros cidadãos que fizeram o mesmo e criaram outra petição, que até ia um bocadinho mais além, houve duas petições.

Outros cidadãos também criaram uma petição, quando o Governo anunciou que retirava a Fortaleza de Peniche do programa Revive, também tiveram essa liberdade. É bom que se tenha essas noções.

Queria congratular-se por, ao fim de quarenta e três anos, pela primeira vez, o Governo da República Portuguesa vir a Peniche, não só para realizar uma reunião do conselho de Ministros, mas também para reconhecer que foi uma cadeia política e

reconhecer que da Fortaleza de Peniche se deve fazer um museu, em condições. Nos quarenta e dois anos anteriores, não tivemos esta certeza, é preciso reconhecer isto.

Queria também referir que o Governo de Moçambique, com muito menos meios que o Estado Português, está a tentar fazer o mesmo na Prisão da Machava, era uma prisão do Estado Novo, ou do regime fascista, como alguns preferirem. Cabo Verde, com muito mais problemas económicos do que Portugal, está a reabilitar o Tarrafal. Portanto, também para se ter esta noção, já sem contar com os casos pela Europa, que de certeza têm mais condições.

Quanto ao futuro e quanto ao modelo de gestão, não sabe como é que vai ser. É uma questão que tem de ser discutida e ser vista, muito bem. Como ponto de partida, pode ver-se como é que funciona o Museu do Aljube, com o qual o Município de Peniche tem um protocolo de colaboração. Pode ver-se como é que foi feita a comissão instaladora, as valências que tem, com que organizações tem protocolos. Até para a conversa entre o Governo Português e o Município de Peniche, será um bom ponto de partida.

Quanto à utilização da Fortaleza de Peniche, acha que o Grupo Consultivo, tirando aquilo que o senhor Rogério Cação disse, obviamente, e que ele próprio subscreve, não só no aspeto do museu, mas das demais valências para a população de Peniche, fez um bom trabalho.

Porque é que ele acha que o Grupo Consultivo fez um bom trabalho? Porque Peniche não pode pensar que se instalam hotéis e os turistas caem de paraquedas. Também tem de haver ações e tem de haver espaços para os turistas visitarem. É bom que se reflita nisto. Nas cidades que fizeram exatamente o oposto, que construíram hotéis, hotéis, hotéis, hotéis, hotéis, e estava a falar de grandes cidades, o que se passa hoje é que o movimento de repulsa aos turistas cada vez ganha mais força. Porquê? Porque os cidadãos foram, a pouco e pouco, perdendo esses espaços, perdendo os usufrutos dos espaços que antigamente ocupavam. Para que em Peniche, à sua escala, obviamente, não se veja o que se tem passado nas cidades europeias que investiram no turismo, forte e feio, e esqueceram a cultura, esqueceram os residentes e esqueceram os habitantes, devemos pensar nisto.

Por exemplo, a zona de Alfama, em Lisboa, hoje é uma zona turística, praticamente, os habitantes desapareceram. Da sua geração, os novos que lá vivem são, quase todos, estrangeiros. Mas, pode-se ir para a cidade do Porto, onde a zona histórica também está quase desabitada. Tem de haver a noção de que não é só fazer hotéis, hotéis, hotéis, porque os nativos também precisam de sítio para viver.

Falar de memória também dá para isto, as tradições históricas que se vão perdendo, ao longo dos tempos, porque a própria comunidade se vai modificando. O próprio valor económico vai-se modificando e, depois, cria uma cidade artificial, onde se tenta recriar o que foi o passado, mas onde, de facto, as pessoas e as suas vivências, que permitiram a cultura atual, já desapareceram há muito.

Américo Gonçalves (PS):

Disse que:

Queria utilizar um provérbio: “Nós queremos ser mais papistas do que o Papa.”

De um Governo que vai gastar cento e seis milhões de euros, em cento e vinte e um projetos, no quadro comunitário Portugal 2020, de um Governo que termina o seu mandato em 2019, a Assembleia Municipal de Peniche queria o quê? Um Governo que

vai disponibilizar três milhões e meio de euros, e ele próprio ouviu o mesmo que o senhor Henrique Estrelinha e o senhor Presidente da Câmara também ouviram, que não são apenas três milhões e meio de euros, porque depois são mais cerca de dois milhões de euros. Será um projeto que, se calhar, nem nove milhões de euros darão para o concluir, porque o que lá se quer colocar dentro tem um valor superior a nove milhões de euros.

A Assembleia Municipal estava a tentar discutir e a fazer exigências a um Governo que deu a volta a este tipo de situação, e não vos vai dizer se foi por causa deste ou daquele, nem do partido A ou do partido B. Agora existem três milhões e meio de euros para gerir uma coisa que já está definida. Ainda não veio o primeiro dinheiro para a primeira pedra e já estão a tentar discutir o que virá depois.

Não conhece nenhum projeto neste país em que um Governo, a meio do seu mandato, tenha alocado um valor para além daquilo que eram as suas possibilidades. O senhor Presidente da Câmara já o disse, não foi por acaso que se reuniu com os outros presidentes das câmaras municipais dos outros onze municípios da Comunidade Intermunicipal do Oeste, porque havia valores que tinham de ser aceites por toda a gente, porque Peniche não está sozinho neste paraíso que é Portugal. Considera Portugal um paraíso e Peniche é outro paraíso. Acha que têm de ter calma em relação a este tipo de situações, há que deixar quem tomou a iniciativa para fazer este projeto que o leve para a frente e que o encaminhe.

A senhora Presidente da Assembleia Municipal já está muito preocupada, porque não vem isto ou não vem aquilo, ele acha que vai vir, mas é necessário ver quanto custa. Ele próprio não faz a mínima ideia e o senhor Presidente da Câmara, aqui há tempos, numa outra reunião, disse que o levantamento que foi feito por uma equipa do Município rondava os seis milhões de euros, e não falou, sequer, em algumas coisas que a Assembleia Municipal está a pretender. Ele próprio também gostava que a Fortaleza de Peniche tivesse um auditório, gostava que o espaço interior fosse coberto a vidro, seria um luxo. Ou seja, ele próprio gostava de muita coisa para a Fortaleza de Peniche, mas é necessário saber como é que se vai buscar o dinheiro.

Todos na Assembleia Municipal discutem os dinheiros para a Freguesia A ou para a Freguesia B. Às vezes parece que o único na Assembleia Municipal que gosta de lidar com dinheiros é ele, porque reprova muitas coisas, mas mantém a sua opinião. Ainda hoje à tarde, na Assembleia dos Jovens, havia uma jovem que era um bocado do seu lado, porque defendia que se deve poupar. Mas no Município de Peniche não se poupa, porque se pede para comprar uma casinha que está em tijolo, que custa quinhentos, vai-se ao banco buscar quinhentos, mas, depois, o custo da recuperação da casinha é de mil e quinhentos, e é isso que está errado. Também para a Fortaleza de Peniche, vêm os três milhões e meio de euros e o resto terá de vir por acréscimo, quando se poder. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia sabe que o que ele estava a referir é verdade, porque a Assembleia Municipal de Peniche aprovou um empréstimo para que o Município de Peniche adquirisse um imóvel, sito na vila de Atouguia da Baleia, num valor que ele próprio recusou, foi o único membro da Assembleia Municipal que votou contra e não tem problema nenhum em dizê-lo, e agora, antes do fim do atual mandato, que termina a 30 de setembro deste ano, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia gostava de ver aprovado o dinheiro para recuperar aquele espaço, porque o imóvel está velho. E agora?

Paulo Balau (PSD):

Disse que:

Estão a partir de uma imagem, que é a que ainda têm, que é a de uma Fortaleza de Peniche num estado degradante, que é como está. Todos sabem que a Fortaleza de Peniche precisa de ser preservada. Estão a partir do princípio de que, ainda hoje, Peniche tem um museu indigno para apresentar às gerações atuais e seguintes do que foi a ditadura em Portugal. Acha que aquilo é indigno. O que existe na Fortaleza de Peniche, para preservar a memória, o que cada mais é importante, porque, cada vez mais, deixa de haver gente viva que viveu nessa altura, é indigno. Como já todos disseram, estão de acordo, é preciso haver uma coisa digna, uma coisa com cabeça, tronco e membros.

Depois destes factos indesmentíveis, houve uma possibilidade, que foi uma boia de salvação, que era o programa Revive. Era uma mão cheia de nada, na sua opinião, mas era qualquer coisa que tinham de agarrar. Esta solução que apareceu agora, na sua opinião, é melhor do que o programa Revive. Ter já o dinheiro para recuperar a Fortaleza de Peniche e fazer um museu nacional é melhor do que ter o monumento no programa Revive.

Agora, vamos ver é o que fazer a seguir, e aí ele discorda do senhor Américo Gonçalves e concorda com a senhora Presidente da Assembleia Municipal, não é por uma questão política, mas preocupa-o, muito, quem é que vai gerir a Fortaleza de Peniche a seguir. Porque, se não for gerida por Peniche, por intermédio do Município, corre-se o risco de ter na Fortaleza o que não Peniche não pretende, porque serão outros a decidir. Por isso, o preocupa o modelo de gestão que o espaço irá ter.

O Estado desleixou-se com um Monumento Nacional e foi o Município de Peniche que andou a aguentar as despesas de manutenção, e agora o Estado, porque vai lá investir, o que é um dever seu, porque é a preservação o seu próprio património, vai, se calhar, puxar a ele a gestão do espaço.

Nesta fase, em que existem valores aprovados em Conselho de Ministros e as obras vão começar, em princípio, pode demorar muitos anos, mas o dinheiro vai aparecer, não se sabe ainda é quando, mas hão de começar, espera que em breve, acha que é importante pensar no que vem a seguir. Na sua opinião, esta deve ser a primeira preocupação. O Município de Peniche tem de ser pró-ativo, tem de começar já a mexer nisso, para não ser ultrapassado na curva.

Pensa que o Executivo deve pressionar o senhor Ministro da Cultura para saber que modelo de gestão vai ter a Fortaleza de Peniche. Não é criar mais um organismo. Portugal é *useiro e vozeiro* a criar organismos, porque são mais três ou quatro *jobs for the boys*, seja para quem for, para que cor política for. O Executivo tem capacidade suficiente para gerir a Fortaleza de Peniche e implantar o que achar que é melhor para o Penicheiros, melhor para o tecido empresarial Penicheiro, melhor para ganhar dinâmicas com o museu e o que se lá puser, porque umas coisas chamam outras.

Saúda o Governo, porque o que lhe interessa é a sua terra, está-se borrifando para quem está no governo, se é um se é outro, tem a sua opção e a sua orientação política, mas primeiro estão os interesses da sua terra, porque é aqui que ele e a sua família vivem.

Acha que é importante e deixa esta sugestão, que a Câmara Municipal seja pró-ativa, não se deixe ultrapassar e não reaja aos acontecimentos, ou seja, seja pró-ativa, é isso mesmo, não seja reativa, já disse o mesmo quando foi do hospital.

Aproveita para dar o troco ao senhor Henrique Estrelinha, que está a enaltecer o PS por investir no Hospital de Peniche, mas também foi o Governo do PS que quis fechar as urgências. Mudou para melhor, ainda bem!

Basicamente, era isto, deixar esta nota de que é importante estar atento para a gestão daquele espaço e não ir em comissões, chamem-lhe o que quiserem, porque, na sua opinião, são os penicheiros que devem gerir a Fortaleza de Peniche.

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Henrique Bertino (CDU):

Disse que:

Ao contrário do que foi dito, acha que foi muito pertinente a marcação desta sessão da Assembleia Municipal.

Queria, expressamente, declarar que, no essencial, está de acordo com as preocupações e inquietações da senhora Presidente da Assembleia Municipal, em relação a todo este processo. Em relação a si próprio e à sua posição, e tem a ver com as coerências, está um bocadinho na mesma posição que estava em 30 de setembro.

Neste momento, temos conhecimento e temos decisões, mas para além do conhecimento e das decisões, ele próprio, queria que as coisas estivessem mais clarificadas e vai retomar aquilo que defendeu, que é a definição dos espaços.

É muito positiva a questão dos três milhões e meio, ou dos cinco milhões, ou o que venha. Na sua opinião, no essencial, esta verba vai servir para fazer a recuperação do edificado, das muralhas, acha que se devia definir a ocupação do espaço antes de fazer este documento ou ao mesmo tempo. Ao analisar este documento, podemos considerar que isto serão generalidades, para além da questão da decisão do investimento no edificado e da sua recuperação e manutenção, o resto, podem ser generalidades, objetivos, devolver à comunidade e aos cidadãos a Fortaleza de Peniche através do programa integrado, etc.

Abrir este espaço a ações dedicadas à investigação científica e promoção da ciência, as ciências do mar, a biologia, o ambiente, a preservação dos recursos marinhos e subaquáticos, património histórico-cultural, ligado às atividades marítimas piscatórias, iniciações com empresas..., pode ser tudo, pode ser muito, pode ser um bocadinho de uma revolução neste concelho e pode não ser nada.

A questão das parcerias público-privadas, o que é que pode ser, um arquivo de memória material e imaterial dos presos políticos e da população local com recursos a técnicas de registo científico, tudo isto, depende de recursos financeiros e de uma definição de estratégia, mas primeiro, é necessário definir uma coisa que é a ocupação dos espaços, e sobre isso, nada aqui está dito.

Poderíamos ir por aí além, nomeadamente no programa funcional, na alínea c), definir os programas de interpretação e principais edifícios existentes, bem como as áreas de fruição comum, auditório, etc.

O senhor Américo Gonçalves está muito satisfeito com a possibilidade do auditório ou pelo menos pareceu, e ele próprio pergunta que auditório, do que é que estamos a falar, precisamos de um auditório em Peniche. Este auditório vai servir quantos meses por ano, nós não podemos esquecer a localização daquele edifício. No outro dia, a Escola D. Luís de Ataíde promoveu na Fortaleza de Peniche uma atividade de teatro, à noite, sem condições, portanto, deve-se quantificar e analisar estas situações, verificar se os investimentos se justificam ou não.

Fazer um grande investimento no auditório, independentemente de ser do Estado ou dinheiro Municipal, implica analisar se serve ou não a comunidade, senão estamos a ser irresponsáveis.

No que diz respeito à biblioteca, não percebeu que tipo de biblioteca é, e questionou se é uma Biblioteca Nacional, se tem a ver com a história política daquele espaço, se é um centro de documentação. O Município de Peniche tem aprovado, no fundo, acabar/ construir uma Biblioteca, e vai ficar com duas bibliotecas, até podem ser complementares, pode ser nacional, mas entende são questões que deveriam ser esclarecidas e constar do documento.

Não é só escrever num programa destes, deve-se avançar mais, e isso só é possível a partir do momento que se possa fazer um caderno de encargos, a médio longo prazo, porque senão, é criar expectativas que não são concretizadas, como a questão do Posto de Turismo Cultural, o restaurante a cafetaria, lojas, etc., o etc.

Preocupa-o outra coisa, onde é que cabe o museu, porque o museu da resistência ou museu da liberdade, e ele próprio está à vontade, porque defende que se utilize a Fortaleza de Peniche, como um grande fator de desenvolvimento económico do nosso Concelho, se nos dizem que aquele espaço tem mais de 100.000 visitantes ou 150.000 visitantes, se estiver recuperado, e houver um museu político ou da resistência ou da liberdade, o que quiserem, bem trabalhado, com todas as valências que alguns de nós defendemos, apesar de outros não querem defender, seria muito vantajoso.

Outro fator muito determinante para a questão do nosso desenvolvimento económico, tem a ver com o turismo, com a nossa oferta, nós podemos ter ali um museu ou dois museus com uma projeção nacional e, ninguém, no fundo, está preocupado com isso. Não é só a questão da justeza, de consagrar um museu da história política daquele espaço, poderia dizer mais, do próprio regime fascista e do 25 de Abril e da transição para a democracia, pode-se fazer muito, com pessoas preparadas, com os técnicos apropriados.

Relativamente à parte museológica de Peniche ele defende o mesmo, não vamos brincar aos “museuzinhos”, vamos fazer uma coisa com dignidade e se tivermos que investir, que seja a Assembleia Municipal, que seja a Câmara Municipal que decida isso, são 100.000,00 euros, são 150.000,00 euros, mas que se faça uma coisa capaz, que nós nos possamos ver representados com dignidade naquilo tudo.

Entende que o documento em causa pode ser um grande documento, mas pode ser um documento de tudo ou nada. Espera que tenham razão os otimistas, porque estamos em ano de eleições e é timbre desta casa, seja um, ou seja outro, que esteja no Governo, espera que concretize.

Gostaria de ter um documento que o deixasse muito tranquilo e deixasse a todos tranquilos, não é chegar a um documento que, no fundo, é uma escapadela para um conjunto de coisas. É muito importante a garantia dos milhões para a reabilitação, mas ninguém nos vai deixar ou vai impedir que possamos, em consciência, aprofundar o que queremos para o local, somos nós que temos obrigação de aprofundar essa vontade, aprofundar o que queremos, as oportunidades que estão ali, definir o aproveitamento daqueles espaços, acha que não é nenhum Governo nem nenhuma movimentação que os vão impedir de fazer isso.

Está completamente de acordo com as pessoas que defendem a posição de que

os Penicheiros têm que ter uma participação muito ativa naquilo que querem para o local, sejam elas comerciais ou outras, a si próprio, não lhe fere nada a sua consciência de defender isso, no entanto, devem primeiro definir o que é prioritário.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

O senhor Henrique Estrelinha já abordou de alguma forma essa questão, mas também gostava de manifestar alguma incompreensão pela relutância que o senhor Américo Gonçalves manifestou relativamente à oportunidade desta discussão. Acha que a prova de que ela está a existir com opiniões válidas mostra a sua oportunidade e, na verdade, já devia ter ocorrido, mas como as coisas se precipitaram, percebe a sua visão. É que as coisas precipitaram-se e foi pena que não tivéssemos sido ouvidos em tempo, foi pena, e isso é que de facto é de lamentar, mas dito isto, como isto não é, e há pessoas que se impressionam facilmente, um capítulo fechado, mas uma porta aberta, como o senhor Rogério Cação bem disse na sua intervenção, ele próprio, acha que é bom que discutamos tudo isto, porque é obvio que haverá muitas coisas por decidir no futuro e é essa, essa é a outra questão que acha que também não conseguiu perceber da sua intervenção, é que, tal como defende que se deve pensar a sustentabilidade dos investimentos camarários, ele próprio, também acha que, em relação a isto, devemos e temos a obrigação de pensar a sustentabilidade dos investimentos que competiram também ao Município, porque não acredita que se fique por investimento do Estado, e portanto, não percebe essa relutância.

Em relação áquilo que disse o senhor Henrique Estrelinha, não só é verdade, como, ele próprio, já o disse aqui, o REVIVE era uma oportunidade que não sabíamos se se concretizaria, isso é muito importante, mas a verdade é que, das notícias que vamos vendo, relativamente às outras opções do REVIVE, tem havido uma grande adesão por parte dos investidores, e isso é positivo e, ele próprio, não se cansa de saudar este projeto que o Governo lançou, porque é obvio que é uma boa opção. Para além disso, e é aí que não consegue concordar com a análise que é feita, é que, para si, o investimento do Estado seria sempre necessário porque estávamos a falar de uma concessão parcial, e não de uma concessão total, e portanto, não era expectável que, para uma concessão de 20% da Fortaleza de Peniche, viesse o privado reabilitar a totalidade e, portanto, o Estado teria, provavelmente, sempre que se chegar à frente para que houvesse viabilidade, pelo que, para si, já tinha dito isso antes, esta questão iria colocar-se no futuro, e portanto, é só por isso que não concorda com esta análise tão simples de que estamos melhor ou pior, estamos diferentes, mas estamos ainda com muitas incertezas.

Rogério Cação (CDU):

Disse que:

Em primeiro lugar, uma nota com algum humor porque acha que o senhor Paulo Balau, que vai a sair agora, deve ter alguma simpatia, porque quando ele disse, agora, que a solução encontrada pelo Governo era melhor que o REVIVE, viu ali uma certa simpatia pelo PCP (está a brincar), isto é uma alegoria, porque acha uma certa graça, mas acha que se se identificaram com o PCP, é sinal que o PCP fez uma luta certa por uma questão que tem a ver com a memória.

Este tipo de reuniões, são sempre importantes, porque, quanto mais não seja,

permitem-nos discutir abertamente as questões e colocar novas questões e, portanto, também acha que, percebendo qual é a intenção do senhor Américo Gonçalves, quando diz que podemos não ter muita matéria para trabalhar agora, e é nesse sentido que ele fala, acha que é sempre importante podermos discutir e podermos avançar.

Se calhar, esta sessão permite escavar algum terreno para aquilo que se pode fazer, ele próprio, acha que aquele espaço é um espaço de muitas potencialidades, não vai falar sequer desta primeira fase, acha que o que está garantido é mesmo a primeira fase.

Quando se assume que há uma primeira fase, pressupõem-se que haverá fases subseqüentes, e que essas terão que ter decisões em tempos próprios. Assumindo aqui a carapuça que o senhor Henrique Bertino enfiou aqui a alguns, pensa que ao senhor Henrique Estrelinha, que ele próprio também assume, é um otimista, e acredita de facto que vai haver uma segunda fase, até porque, é o próprio Estado a assumir ali uma dimensão Nacional de representação da memória, não é uma dimensão local. É uma dimensão Nacional, e esta dimensão Nacional que é assumida, obviamente, que tem que ter, por parte do Estado, a assunção de compromissos, quer de investimento quer de custos, pensa ele próprio de que, como diria o Pinto da Costa, é claro que este tipo de pensamento apenas o responsabiliza a si próprio, está a falar, obviamente, como otimista na política que é, porque do ponto de vista do que é melhor para a Fortaleza de Peniche defenderá sempre, assim como o seu grupo, aquilo que for melhor para os cidadãos Penichenses.

Temos que ter sempre presente uma coisa, o senhor Henrique Bertino utilizou uma expressão sobre o documento que, ele próprio, não concorda, porque o documento não é um documento de generalidades é um documento que é, propositadamente, genérico, mas não de generalidades, porque ele aponta aqui claramente alguns caminhos, e sendo genérico, ou seja, deixando portas abertas, não é de generalidades, na medida em que ele aponta caminhos muito claros. Aliás, nos pontos que referiu, falou de coisas muito concretas, é evidente que, depois, podem haver vários caminhos de concretização e isso é verdade, são de facto várias possibilidades.

Recorda aqui que, quando se fala de algumas estruturas para aquele espaço da Fortaleza de Peniche, já existiram projetos para ali, com auditório incluído e com excelentes condições que foram estudadas por arquitetos de renome. Lembra-se que era vereador da Câmara Municipal, já no tempo das calendas gregas, houve um projeto elaborado e construído para aquele espaço, que recuperava o espaço todo, instalava uma área museográfica, instalava um auditório, ou seja, pensa que até temos, se quisermos, não diz que seja uma referência de ação, mas um ponto de partida, um estudo de zonamento que foi feito na altura e que já previa espaços concretos para a instalação. Lembra-se que o auditório, se não está em erro, era, no espaço das cozinhas e estava perfeitamente definido com uma localização excelente, com modelos de proteção, ele próprio, vê com muito bons olhos a instalação ali de um centro de documentação que esteja associado, quer à história local quer à história do próprio monumento. Há memória da resistência, há documentos importantíssimos, pensa que a maior parte dos presentes já terá ido a repositórios históricos com a dimensão de Auschwitz, ou com Dachau, ou Salaspils, e percebe perfeitamente a importância que aquilo tem do ponto de vista histórico, do ponto de vista identitário, do ponto de vista da memória, mas também do

ponto de vista turístico. Dachau hoje e Auschwitz, pelas piores razões que tem a ver com a sua história, mas são hoje pontos de atração turísticas de contacto com a reserva de memória que aquele espaço representa, ele próprio, acha que é importante saber o que é que se pretende fazer, mas para nós fazermos isso, é preciso um exercício primeiro, que é saber o que é que cabe lá dentro, porque senão corremos o risco de estar a tentar meter o Rossio na Betesga, não é, e estamos a falar do ponto de vista da dimensão física mas também da dimensão financeira daquilo que, depois, lá queremos meter dentro.

Também deve dizer que não o chateia nenhuma solução para ali que seja a favor da sustentabilidade, o que endente é outra coisa, é que há coisas que são incompatíveis e também entende, e aí subscreve aquilo que disse o senhor Henrique Estrelinha, é que se a solução hoteleira pensada fosse boa para ali, já há muito tempo que tinha sido agarrada por alguém, não lhe parece que os investidores deste país andem a dormir num espaço tão privilegiado como aquele, se isso não aconteceu, por alguma coisa foi.

Também concorda que a dimensão museográfica daquele espaço tem que ter sempre as duas vertentes, a vertente memória, resistência, prisão e a memória território, memória local de Peniche. disso não tem dúvidas nenhuma.

Quanto ao modelo de gestão, sendo aquilo um museu nacional, naturalmente que nós vamos ter que estudar um modelo de gestão que compatibilize, digamos, as duas vertentes, esta vertente de museu nacional com as vertentes de intervenção local que venhamos a instalar. Acha que é uma preocupação pertinente, mas neste momento, não estamos sequer em condições de ir muito longe nessa definição, embora pense que é de facto pertinente colocar a questão da discussão do modelo de gestão, acautelando a nossa participação enquanto território, enquanto município, na gestão daquele espaço que queremos que seja nosso, senão, estamos a negar uma das coisas que sempre defendemos à partida, que era devolver aquilo aos Penichenses e, portanto, se nós não acautelarmos o modelo de gestão participado, se calhar estamos a ser contrários áquilo que é, pelo menos, um eixo comum naquilo que foi a nossa tomada de posição desde sempre.

Resumindo e concluindo, acha que faz sentido estarmos aqui a discutir estas coisas, também acha que não teremos muitas condições para avançar, porque, pelo menos, a si próprio, falta-lhe essa informação, que lhe dê conta daquilo que nós podemos vir a enquadrar naquele espaço a não ser, aí sim, generalidades, isto é, não tem dúvidas que temos que lá ter uma solução comercial, agora, se é um restaurante ou se é um bar, ou se é um restaurante e um bar, ou um restaurante e uma danceteria ou uma sala de chá, vai depender um bocado, também, daquilo que for a disponibilidade. Na sua opinião, tem que lá existir por duas razões, por uma razão que tem a ver com a própria oferta de qualidade que aquele espaço tem que garantir e, depois, pela outra dimensão que é a dimensão da sustentabilidade, agora, falta-lhe informação que lhe permita ir mais longe, sendo que, se calhar, não seria mal pensado, e devidamente estanciados no tempo, que é para não haver dúvidas que, obviamente, é um estudo, revisitarmos esse tal estudo, que foi feito na altura e que tem, obviamente, muitas lacunas e que hoje não se adequa, mas tem, pelo menos, a vantagem de estudar o espaço, de estudar a dimensão do espaço, de pegar em todas as partes do espaço e dar-lhes um uso concreto que eventualmente pode ser, aí sim, um bom ponto de partida para esta discussão.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Disse que:

Ouviu aqui dizer que esta reunião não tem razão de ser porque já estão tomadas as decisões, e que não tem razão de ser porque ainda não sabemos o que é que vai ser, isto para dizer que, afinal, terá sempre razão de ser, e chama a atenção para isso, se queremos preparar uma participação numa discussão, que vai ter que haver, sobre as opções para aquele espaço, e se queremos preparar essas opções com tempo para não sermos novamente ultrapassados por factos já consumados, temos que preparar a discussão. Esta discussão tem razão de ser, porque temos decisões já tomadas e, também, tem razão de ser, por aquelas decisões que, ainda, vão ser tomadas em sequência, sendo essa a sua opinião pessoal, obviamente.

Sérgio Leandro (CDU):

Disse que:

Em primeiro lugar, queria demonstrar a sua satisfação pela solução encontrada, que permite uma efetiva recuperação do imóvel da Fortaleza de Peniche, contrariamente aquilo que o REVIVE, no qual dependeria da viabilidade económica do projeto hoteleiro a ser instalado, mas também, dizer e trazer para esta sessão, um outro motivo ou outro fator de discussão que importa ter, quando falamos na questão da Fortaleza de Peniche, quando nós falávamos na questão da instalação de uma unidade hoteleira, e que associávamos à questão do desenvolvimento económico do território, isso certamente era uma questão redutora, e não era o hotel que iria trazer desenvolvimento económico para o Concelho. Acha, na sua opinião, que isso era quase como estar a começar a casa pelo telhado porque, primeiro, temos que aumentar aquilo que é a atratividade do concelho, aí sim, justificar-se-ia depois termos a questão da unidade hoteleira. Tendo por base dados do Instituto Nacional do Turismo, do Turismo de Portugal, referentes a 2015, para aquilo que é a capacidade de alojamento na Cidade de Peniche, estamos a falar de 864 camas existentes em 2015 que certamente já aumentaram, 384 quartos, que certamente já aumentaram, mas mais do que isso, quando vamos ver aquilo que é a taxa de ocupação anual desta capacidade já instalada ao nível do turismo e não ultrapassa muito os 50% anual, ao aumentar a capacidade hoteleira, iria diminuir a taxa de ocupação e depois falamos muito do desenvolvimento económico, então e aqueles que já estão instalados, como é que ficavam. Obviamente que os turistas não se deslocam por existir hotéis, por existirem camas, por existirem quartos, os turistas deslocam-se por existirem motivações, por existirem interesses e por existir atratividade do território, aqui, estamos a falar de atratividade do território na existência do museu nacional da resistência ou da liberdade, que para si, é um fator da atratividade do território e um fator de desenvolvimento económico que depois vai potenciar, obviamente, o aumento da taxa de ocupação hoteleira que já temos. Entende que este museu não é só um museu por si mesmo, falamos muito naquilo que são os usos associados, os usos paralelos a este espaço e, esses sim, podem também contribuir para a própria viabilidade económica da Fortaleza de Peniche. Falamos da questão dos restaurantes, etc., e isso, certamente, vai ser um motivo de discussão no futuro, mas o que é um facto, é que a questão do museu nacional, e daí, também, obviamente, o Estado querer interferir naquilo que é a gestão do espaço porque é um museu nacional, porque é o Estado, é o Governo Central que está a pôr o dinheiro. Mas não vai ser somente o Governo ou o Governo Central, está claramente naquilo que é o documento do Conselho Consultivo ou da Comissão que, para além do Governo, também está a Autarquia nessa mesma Comissão Instaladora ou Comissão que possa vir

a gerir o próprio espaço. Com tudo isto, o que quer dizer é, somente, que o museu vai criar mais atratividade no concelho, porque se pensarmos um pouco é a Fortaleza de Peniche que é um dos principais atrativos, tal como ela está, da visita a Peniche, quer de Escolas quer de população no seu todo, portanto, se como está, já tem um nível elevado de visitação, imaginemos quando aquilo estiver com as condições dignas, que todos nós desejamos, não só para os locais mas para aqueles que nos visitam, para que, ano após ano, possam vir a Peniche, para que, ano após ano, possam aumentar a tal taxa de ocupação hoteleira que existe atualmente, para aumentar dos 50% ainda mais, porque temos condições para isso, e dessa maneira, dar um contributo efetivo para o desenvolvimento económico do concelho de Peniche.

Paulo Balau (PSD):

Disse que:

Pedi a palavra para lançar aqui um dado novo, pensa ele, porque na decisão do Conselho de Ministros, fala-se na recuperação da Fortaleza de Peniche e da sua frente abaluartada, isto é uma dúvida que tem, se a frente abaluartada representa só as muralhas ao redor da Fortaleza de Peniche, porque não podemos esquecer que temos outras muralhas e, se calhar, a precisar ainda de mais intervenção do que as muralhas da Fortaleza de Peniche. Fala daquela zona que vai desde a ponte pedestre até à praia do Quebrado, que na sua opinião está em pior estado de conservação do que propriamente a frente abaluartada circundante da Fortaleza de Peniche. Pensa, podendo estar enganado, e se estiver, que o corrijam, que essa parte não está contemplada porque aquilo não faz parte da frente abaluartada. Se calhar, é uma frente de batalha que lança, porque aquela parte tem buracos enormes na zona do antigo campo do Peniche, na zona do jardim da cascata, a própria zona da capitania, a zona do jardim público, toda essa parte, desde a ponte pedestre até ao Quebrado está, se calhar, num estado de degradação muito mais avançado do que propriamente a frente abaluartada da Fortaleza de Peniche.

Aproveita, também, o ensejo para comentar a intervenção do senhor Sérgio Leandro, relativamente à questão da ocupação e das camas existentes, se calhar, se esse estudo fosse ver só a altura de Verão, ou seja, se se fizesse uma separação sazonal, se calhar, a ocupação não eram 50 mas se calhar eram 80 ou mais, se calhar, de Verão, há alturas em que se chega a Peniche e não há camas para dar a pessoas que queiram vir cá. Na altura de Verão, precisamos ter mais camas, mas também, precisamos criar atratividade na altura de época baixa, se calhar o museu nacional o fará, mas não podemos ficar por aí, está a falar na vertente nacional, mas na vertente local há muita coisa que se pode promover para combater a sazonalidade e haver uma maior taxa de ocupação fora da época alta, porque na época alta, quase de certeza que a taxa não é cinquenta e tal, devem ser oitenta e tal ou 90% e, já agora, aproveita também para responder ao senhor Rogério Cação, na brincadeira que lançou, de que pensava que ele próprio era do PCP, por causa de não querer o REVIVE, e querer esta nova decisão do Governo, também lhe diz, devolvendo-lhe a brincadeira, que, ele próprio, quando olhou para as tarjas que diziam “vale a pena lutar”, também pensou que fossem do PS mas afinal não são, são da CDU.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

O senhor Rogério Cação trouxe aquele dado do estudo que houve, e isso mostra que a preocupação existiu ao longo de anos, de vários autarcas, nós não estamos aqui a pensar a questão pela primeira vez, a questão é saber depois, se se consegue fazer e se as boas ideias que vão surgindo em cada momento, e que se vão adaptando, se conseguem concretizar, porque os recursos vão sendo finitos.

Relativamente à intervenção do senhor Sérgio Leandro, não sabe se ele fez um estudo específico que descarte esta necessidade de mais camas, ele próprio, discorda dessa leitura, não sabe se é uma leitura baseada num estudo, se é numa perceção que o senhor Sérgio Leandro tenha, discorda dessa leitura, e acha que há uma necessidade de qualificação de oferta turística evidente, e que se houver investidores que queiram fazer aqui um investimento e que eles próprios façam essa análise de saber se vale a pena investir ou não, não somos nós que temos de dizer se eles devem investir ou não, nós temos que querer esse investimento. Para além disso, nós nunca dissemos que era um hotel e não um museu, era um hotel mais um museu, o que é uma grande diferença.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Terminámos as inscrições e pergunto ao senhor Presidente da Câmara se quer fazer alguma intervenção sobre este debate, apesar de não terem sido dirigidas questões ao senhor Presidente da Câmara, por acaso está a errar, o senhor Paulo Balau concretizou uma questão sobre se o investimento inclui ou não as muralhas de Peniche, pede que responda a essa questão.

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Disse que:

Está muito feliz com este momento, e nada daquilo que possa ser dito vai abalar este seu estado de espírito, relativamente a esta situação, o quer saborear.

Informou no princípio da reunião que, de forma pró-ativa da sua parte, aquilo que fez junto da Diretora Geral do Património Cultural, com quem estamos em contacto é que estamos disponíveis para os passos que se impõem, e que não abdicaremos disso.

Quem esteve atento às notícias e às reportagens, percebeu que o senhor Ministro esteve a ler um documento que não se circunscreve à questão deste comunicado, que foi orientado para a comunicação social. Teve a oportunidade de dizer que a resolução do Conselho de Ministros ainda não está, pelo menos segundo a conversa telefónica que teve com o senhor Chefe de Gabinete, há bocado, publicada e, portanto, há de haver um momento em que nós teremos a noção daquilo que é a amplitude desta intervenção.

Está muito satisfeito porque é a primeira vez que está disponível, não é uma promessa que vão pôr no Orçamento Geral do Estado, e que fique dependente da correlação de forças na Assembleia da República, está lá, porque aquilo que o senhor Ministro diz é que, para já, nós vamos ter este valor.

Admite-se que há uma primeira fase do museu, um museu nacional e é isso outra das grandes conquistas. De acordo com as indicações que deu ou com a informação que deu, nós iremos ter um acompanhamento sistemático porque esta é uma matéria de que seguramente, mesmo que não houvesse mais nada, que no futuro e como Presidente de Câmara Municipal ficará, obviamente, também muito associado. Foi naquele mandato em concreto, como no do senhor Jorge Gonçalves houve outras coisas também interessantes e como no do Senhor João Augusto, etc., esta é uma decisão que vai deixar

marca e à qual ele vai ficar também muito orgulhoso, como todos nós estamos.

Acha que devemos agora dizer o seguinte, há uma lista, há uma aberta e esse foi o grande objetivo do Grupo Consultivo, foi não tapar oportunidades e vai ser nesse quadro, nos meses de maio e junho, que vamos ser suscitados a desenvolver mais trabalho ainda.

A entidade gestora deve ser das primeiras entidades a ser constituída e por isso, até por causa da dimensão de monumento nacional, e da compatibilização com aquilo que são as outras intervenções, é dito, também, nas comunicações que foram feitas, de forma sistemática pelo senhor Ministro, de quem não tem razão nenhuma para duvidar, que é com a Autarquia, o grande interlocutor com o Governo e é o Presidente de Câmara Municipal, seja ele qual for, que está legitimado para o representar num quadro relacional e de audição, por isso, crê que, relativamente a outros domínios, que aqui estão consagrados, nomeadamente os domínios económicos, terão a possibilidade de, noutros programas operacionais como é o caso do COMPETE, encontrar financiamento.

Em relação à audição, nós fizemos uma audição pública e recomenda ou sugere que ouçam, que vão ao site do Município, onde podem encontrar a audição completa. Não está o hotel, mas isso é uma opção política e, por isso, a sustentabilidade está presente nos documentos e naquilo que foram as reuniões que nós tivemos. Há um leque de oportunidades que nos dará para nós podermos também trabalhar, em função daquilo que possam ser os avanços, agora, ninguém pense que isto é, 2017, 2018, 2019, isto é um processo que há de ser 2019, 2020 e 2021.

O importante, é que nós não percamos as oportunidades que aqui estão contempladas, que consigamos estar atentos às oportunidades de financiamento e, por isso, considera que é muito tranquilo e se nós sobre esta matérias não estivermos otimistas então apontem-lhe em que sítios, em que áreas é que nós devemos estar tão ou mais otimistas do que neste caso.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Disse que:

Agradecia ao senhor Presidente da Câmara por concordar de que é um momento muito feliz por, finalmente, termos uma verba significativa para a recuperação da Fortaleza de Peniche, isso ficou patente nas intervenções anteriores, e pedia ao senhor Presidente da Câmara que respondesse à questão concreta do senhor Paulo Balau, se tiver elementos.

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Disse que:

Há duas questões. Há uma questão que o senhor Ademar Marques colocou, que é, da componente abaluartada e das muralhas o que é que vai ficar? Neste momento, não sabe, porque vai ser no quadro da reunião com a Direção Geral do Património Cultural que se vai definir, porque o valor que estava previsto para as intervenções de reabilitação, no caso do estudo que foi feito pela Faculdade de Engenharia do Porto, apontava para os três milhões e duzentos mil euros para a parte da reabilitação, em termos de investimento global. O valor de investimento são três milhões e meio, portanto, essa é uma primeira nota, e falta aqui a primeira fase da componente museológica, pelo que a resposta objetiva é, não sabe.

De igual forma, quando o senhor Ademar Marques coloca a questão de saber que parte é que é para a reabilitação, e que parte é que é para a instalação do museu, pela mesma razão, não sabe responder. É natural que esta reabilitação seja uma reabilitação também faseada, aliás, nós defendemos isso, desde que se consiga garantir a reabilitação integral. Se tivermos em conta que foi em sede de Orçamento Geral do Estado que houve uma proposta, do PCP, e que isso teve muito peso nas resoluções que existiram, bem como a força que fizemos para fosse em abril, até para não se misturar com a campanha eleitoral, e que excedeu as suas expectativas relativamente ao timing e ao valor, assim nós tenhamos a capacidade para executar, havendo a execução, não tem duvida que vai haver mais valor.

O que o senhor Ministro disse, é que, para já, é este valor e é a esta expressão que se vai agarrar nas suas relações com o Governo pelo que, logo que tenha mais informação sobre o assunto, partilhará com a Câmara Municipal e com a Assembleia Municipal.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Disse que:

Quer fazer um comentário geral sobre o documento produzido pelo Grupo Consultivo, porque como já foi aqui dito, nos seus objetivos, o objetivo numero um é devolver à comunidade e aos cidadãos a Fortaleza de Peniche, mas depois, a páginas tantas, perde-se o museu de Peniche, e a páginas 12, cria-se uma entidade gestora da Fortaleza de Peniche, definindo um modelo e coparticipação da administração central, local e outras entidades, e isto não deixa de ser para si, a linha geral do documento.

É assim que lê, saltando dos objetivos para a concretização das propostas, continua a ter algumas dúvidas que, apesar dos esclarecimentos do senhor Presidente da Câmara e os esclarecimentos do senhor Ministro, persistem.

De qualquer modo, o debate está em aberto e ficou aqui demonstrado que há todas as possibilidades para incluir utilizações e valências na Fortaleza de Peniche. Esta reunião conseguiu demonstrar que realmente está tudo em aberto em termos de utilizações, que está tudo em aberto em termos daquilo que se pensa para a sustentabilidade dos projetos, e que está tudo em aberto relativamente à forma como se vai gerir.

Desconhecemos efetivamente a resolução do Conselho de Ministros, esperemos que ela seja mais clara do que o grupo de trabalho, pode não ter a ver com o que está aqui escrito no grupo Consultivo mas é efetivamente esta a conclusão.

Há ainda muito debate a fazer e quem achava que não havia debate, há mesmo debate. Só quer dizer e responder a um desafio que foi feito pelo senhor Rogério Cação, quando falou que algumas pessoas diziam que o Grupo Consultivo era um grupo monolítico, uma das pessoas foi ela própria, afirmou-o aqui na reunião de 27 de abril, a seguir ao Conselho de Ministros, e mantém.

Como o senhor Presidente da Câmara testemunhou, também o disse ao senhor Ministro da Cultura e o senhor Presidente da Câmara, obviamente, discordou, mas ela própria tem para si que há um valor muito importante no debate, que é haver ideias e contraditório, e das ideias e de muitas ideias, se deve fazer o debate para depois, chegarmos às conclusões certas, não quer dizer que este Grupo não tenha chegado a conclusões certas, mas é sempre bom que haja muita abertura para ouvir todas as opiniões.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 19/2017: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo vinte e quatro horas, a senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Josselène Nunes Teodoro*, Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, subscrevo e com a senhora Presidente da Mesa assino.

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

A Diretora de Departamento,

(assinado no original)
